



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.584.961/0001-56

Av. Tancredo Neves, 663 – Cep 38950-000 – Ibiá-MG
Fone: (34) 3631-5770 – E-mail: gabinete@ibia.mg.com.br

LEI MUNICIPAL Nº 2.484 DE 17 DE MAIO DE 2021



-“Dispõe sobre os critérios para comercialização de alimentos em veículos automotores (comida sobre rodas) em áreas públicas e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Ibiá, com a graça de Deus aprovou e eu, Prefeita Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a comercialização de alimentos montados em veículos automotores de médio e grande porte, em horário e local previamente estabelecidos, denominando-se a atividade de comida sobre rodas (FOOD TRUCK).

§ 1º - A atividade poderá ser exercida em equipamentos montados sobre o veículo a motor ou em estruturas rebocadas, com dimensões máximas de sete metros de comprimento, dois metros e meio de largura e três metros de altura.

§ 2º - Os veículos ou reboques deverão ser retirados do local ao final do expediente.

Art. 2º - O poder Executivo através de seu órgão competente implementará medidas de planejamento, prevenção, controle e fiscalização da atividade autorizada na presente Lei.

Art. 3º - Considera-se área de estabelecimento, para os fins desta lei, toda área pública que, por força de Decreto Municipal, se destine à atividade de comida sobre rodas, em dias e horas predeterminados.

§ 1º - As áreas de estacionamento terão sua localização e dimensões precisamente indicadas, sinalizadas com pinturas diferenciadas para FOOD TRUCKS, vedada, além daqueles limites, afixação ou projeção no plano

Handwritten signature in blue ink.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.584.961/0001-56

Av. Tancredo Neves, 663 – Cep 38950-000 – Ibiá-MG
Fone: (34) 3631-5770 – E-mail: gabinete@ibia.mg.com.br

horizontal de quaisquer equipamentos e estruturas, inclusive mesas e cadeiras, toldos e acessórios usados para exercício ou sinalização da atividade.

§ 2º - Considerar-se-ão áreas de estacionamento distintas as que, ainda que contíguas ou próximas, se destinem a abrigar unidade de comida sobre rodas diversas.

Art. 4º - A atividade de comida sobre rodas será autorizada por meio de alvará municipal de funcionamento, em nome de pessoa jurídica legalmente estabelecida, para a área de estabelecimento destinada à comercialização de comidas sobre rodas.

Art. 5º - As empresas interessadas deverão requerer sua autorização de funcionamento junto à Prefeitura Municipal de Ibiá que, após análise da documentação apresentada, concederá o alvará de funcionamento e autorização especial de utilização de espaço público.

Parágrafo único – Em caso de duas ou mais empresas se interessarem pela mesma área de estacionamento destinada à comercialização de comidas sobre rodas, adotará a sistemática que se baseia nos seguintes critérios:

- I – tempo de constituição da empresa;
- II – capacidade de geração de empregos;
- III – Notoriedade reconhecida.

Art. 6º - O Poder Executivo Municipal disporá sobre o horário de funcionamento, a possibilidade de uso de mesas e cadeiras, a forma e prazo de recolhimento dos valores devidos, os documentos necessários e demais regras.

Art. 7º - A predefinição das áreas de estabelecimento e a subdivisão destas, bem como a definição de turnos serão determinadas pelas Secretarias competentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.584.961/0001-56

Av. Tancredo Neves, 663 – Cep 38950-000 – Ibiá-MG
Fone: (34) 3631-5770 – E-mail: gabinete@ibia.mg.com.br

Art. 8º - A autorização de comida sobre rodas em imóvel privado atenderá às normas gerais relativas à autorização das atividades, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, de acordo com as normas de Vigilância Sanitária.

Parágrafo Único – Observadas as condições indicadas no caput, a atividade será permitida tanto em áreas cobertas quanto descobertas.

Art. 9º - O alvará de funcionamento será concedido mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Termo de autorização de uso pelo Órgão competente da Administração Pública;

II – Alvará de Licenciamento da Vigilância Sanitária;

Art. 10 – A empresa deverá, ao final do horário determinado, deixar a área completamente desocupada e limpa.

Art. 11 - O equipamento deverá ser provido de iluminação autônoma, sem uso de iluminação pública.

Art. 12 - Fica vedada a veiculação de publicidade de terceiros, permitindo-se apenas, nos limites do equipamento a iluminação e sinalização próprias da atividade.

Art. 13 - O responsável providenciará a limpeza permanente da área ao redor do equipamento durante o exercício da atividade e procederá à completa retirada de detritos ao término diário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.584.961/0001-56

Av. Tancredo Neves, 663 – Cep 38950-000 – Ibiá-MG
Fone: (34) 3331-5770 – E-mail: gabinete@ibia.mg.com.br

Art. 14 - A atividade compreenderá a comercialização de alimentos preparados ou industrializados, preparados no local, ou prontos para consumo. Parágrafo Único – Se perecíveis, os alimentos deverão ser comercializados mediante a disponibilização de equipamentos específicos, em número suficiente, que garantam as condições adequadas de conservação e distribuição dos alimentos, resfriados, congelado ou aquecido.

Art. 15 – A manipulação, o armazenamento, o transporte e a comercialização de alimentos deverão observar a legislação sanitária vigente dos Órgãos competentes.

Art. 16 – Os equipamentos deverão dispor de fonte, própria e autônoma, de utilização de água potável para higienização de mãos, utensílios, equipamentos e bancadas.

Art. 17 - Os pontos de comercialização de alimentos deverão ter depósito de capacitação dos resíduos sólidos e líquidos gerados para posterior descarte de acordo com a legislação em vigor.

Art. 18 - Os equipamentos onde houver cocção (ato de cozinhar) deverá existir nos mesmos, sistema de captação de odores e fumaça.

Art. 19 - Os manipuladores de alimentos devem manter rigorosa higiene pessoal e do vestuário.

Art. 20 - Os órgãos competentes, além do disposto neste projeto de lei, deverão aplicar outras normas vigentes que assegurem as condições higiênico-sanitárias e o cumprimento das boas práticas nas atividades relacionadas com alimentos, em conformidade com as legislações específicas, e demais legislações vigentes, quando da regulamentação da presente lei.

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.584.961/0001-56

Av. Tancredo Neves, 663 – Cep 38950-000 – Ibiá-MG
Fone: (34) 3631-5770 – E-mail: gabinete@ibia.mg.com.br

Art. 21 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, será regulamentada pelo poder Executivo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após sua publicação.

Ibiá/MG, 17 de Maio de 2021.

Dra. Marlene Aparecida de Souza Silva

Prefeita Municipal